



IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CACHOEIRA DO SUL – RS

SOCIAL AND ECONOMIC IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON FAMILY FARMING IN CACHOEIRA DO SUL – RIO GRANDE DO SUL – BRAZIL

IMPACTOS SOCIALES Y ECONÓMICOS DE LA PANDEMIA DE COVID-19 EN LA AGRICULTURA FAMILIAR EN CACHOEIRA DO SUL – RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Chaiane Leal Agne¹ 

Laís Dutra Da Rosa² 

Ana Laura Trindade Bacedoni³ 

Submissão: 23/05/2023 / Aceito: 12/06/2025

RESUMO

No contexto da agricultura familiar, a produção e do abastecimento de alimentos foram as principais problemáticas emergentes da crise da Covid-19. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais e econômicos da pandemia de Covid-19 na agricultura familiar no município de Cachoeira do Sul – RS. 93 agricultores foram entrevistados com o auxílio de um formulário semi-estruturado, cujos dados foram analisados por meio de gráficos em complemento com a técnica “análise de conteúdo”. Como principais resultados, mais de 50% das famílias possui até 3 integrantes, com renda de menos de 1 a 3 salários mínimos mensais, que produzem hortaliças, frutas, lavouras temporárias, agroindústrias e animais. As restrições de mobilidade social influenciaram na queda nas vendas, as quais foram parcialmente contornadas pela comercialização no formato *delivery* e relações com a comunidade. A produção foi prejudicada em função dos sintomas de depressão e ansiedade, casos de Covid-19, aumento do valor dos insumos e estiagem, onde mais de 50% relatou decréscimo na renda familiar. Nesse sentido, destaca-se a pertinência do desenvolvimento de políticas públicas para a mitigação dos efeitos sociais e econômicos na agricultura familiar em contextos de crise.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Impactos. Pandemia Covid-19.

¹Doutora em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS. Professora Adjunta em Desenvolvimento Rural - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, Unidade Cachoeira do Sul. E-mail: chaiane-agne@uergs.edu.br

²Tecnóloga em Logística. Graduanda em Agronomia. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, Unidade Cachoeira do Sul. E-mail: lais-rosa@uergs.edu.br

³Engenheira Agrônoma. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, Unidade Cachoeira do Sul. E-mail: ana-bacedoni@uergs.edu.br

ABSTRACT

In the context of family farming, food production and supply were the main problems emerging from the Covid-19 crisis. In this sense, this article aims to analyze the social and economic impacts of the Covid-19 pandemic on family farming in the Cachoeira do Sul - RS. 93 farmers were interviewed with the help of a semi-structured form, whose data were analyzed through graphs in addition to the “content analysis” technique. As main results, more than 50% of families have up to 3 members, with an income of less than 1 to 3 minimum monthly wages, who produce vegetables, fruits, temporary crops, agro-industries and animals. Restrictions on social mobility influenced the drop in sales, which were partially overcome by marketing in the delivery format and relations with the community. Production was affected by symptoms of depression and anxiety, cases of Covid-19, increase in the value of inputs and drought, where more than 50% reported a decrease in family income. In this sense, the relevance of developing public policies to mitigate the social and economic effects on family farming in crisis contexts is highlighted.

Keywords: Family farming. Impacts. Covid-19 pandemic.

RESUMEN

En el contexto de la agricultura familiar, la producción y el abastecimiento de alimentos fueron los principales problemas surgidos de la crisis del Covid-19. En este sentido, este artículo tiene como objetivo analizar los impactos sociales y económicos de la pandemia de Covid-19 en la agricultura familiar del municipio de Cachoeira do Sul - RS. Se entrevistó a 93 agricultores mediante un formulario semiestructurado, cuyos datos fueron analizados mediante gráficos además de la técnica de “análisis de contenido”. Como principales resultados, más del 50% de las familias tienen hasta 3 integrantes, con ingresos menores a 1 a 3 salarios mínimos mensuales, quienes producen hortalizas, frutas, cultivos temporales, agroindustrias y animales. Las restricciones a la movilidad social influyeron en la caída de las ventas, que fueron parcialmente superadas por las ventas a domicilio y las relaciones comunitarias. La producción se vio afectada por síntomas de depresión y ansiedad, casos de Covid-19, incremento en el costo de los insumos y sequía, donde más del 50% reportó disminución en los ingresos familiares. En este sentido, se destaca la relevancia de desarrollar políticas públicas para mitigar los efectos sociales y económicos sobre la agricultura familiar en contextos de crisis.

Palabras chave: Agricultura familiar. Impactos. Pandemia de COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

Durante o período da pandemia, o mundo enfrentou uma crise de ordem sanitária e econômica, o que exigiu dos governos a adoção de decretos e protocolos que restringiram não

somente a mobilidade, mas, sobretudo, o funcionamento das atividades produtivas e comerciais. Apesar das restrições, o abastecimento de alimentos foi considerado como uma das atividades essenciais. Nesse cenário, ganham destaques os mercados locais e os circuitos curtos de comercialização, cuja 70% da demanda alimentar é suprida pela agricultura familiar (BRASIL, 2017).

A garantia aos alimentos com qualidade e quantidade suficientes à demanda da população no período da pandemia impôs desafios governamentais, institucionais e organizacionais. No contexto da agricultura familiar, as dificuldades em torno da produção e do escoamento dos alimentos foram as principais problemáticas emergentes da crise da Covid-19. Tais problemas foram intensificados especialmente após o fechamento das feiras, restaurantes e escolas, além da diminuição de circulação das pessoas nos locais públicos de comercialização (Valadares et al., 2020).

A busca de informações sobre os impactos da pandemia do coronavírus no contexto da agricultura familiar local é primordial para obter um mapeamento sobre as dificuldades enfrentadas no setor, com a finalidade de desenvolver ações correspondentes ao novo contexto. É importante mencionar que os alimentos produzidos são, na maioria, perecíveis e com pouca durabilidade, cujas características interferem na logística de abastecimento. Além disso, as famílias estão contando, cada vez mais, com um número menor de integrantes, o que reduz o trabalho nas atividades produtivas, podendo gerar limites quanto à reorganização do uso da mão de obra nos estabelecimentos.

Diante deste contexto, este artigo propõe-se analisar os impactos sociais e econômicos da pandemia de Covid-19 no contexto da agricultura familiar no município de Cachoeira do Sul – RS. Como objetivos específicos, o estudo teve como finalidades investigar impactos na renda, comercialização, produção, organização do trabalho e saúde.

Este artigo está estruturado em cinco partes, a contar desta introdução. A próxima seção apresenta uma breve contextualização da pandemia de Covid-19 e os desafios no contexto da agricultura familiar. A terceira seção apresenta os métodos utilizados na pesquisa. Os resultados e discussões são apresentados na quarta seção e, na quinta seção, as considerações finais.

2 PANDEMIA DE COVID-19: CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Esta seção tem como objetivo apresentar as principais definições que nortearam a pesquisa. Primeiramente, será apresentada uma síntese do histórico da pandemia de Covid-19 no mundo. Na seção 2.2 serão apresentadas as principais noções da agricultura familiar, destacando os desafios impostos pela pandemia no contexto do abastecimento de alimentos.

2.1 Pandemia de Covid-19 no mundo: breve histórico e contextualização

No final de 2019, um novo agente do coronavírus foi descoberto em Wuhan, capital e maior cidade da província de Huben, localizada na China. Em poucas semanas, a incidência do vírus aumentou de forma exponencial, causando infecções respiratórias, desde leves e moderadas até graves (Aroeira, 2020). Com taxa de letalidade em torno de 3,4%, o grupo de risco foi caracterizado pelas pessoas portadoras de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes, câncer e doenças cardiovasculares (OMS, 2021).

A evolução dos casos no mundo causou um grave problema de saúde pública mundial, afetando também as atividades econômicas, especialmente emprego e renda. Como medidas preventivas e mitigadoras da propagação do vírus, os protocolos sanitários incluíam o uso de máscaras, higiene (como lavar as mãos e uso de álcool 70°), isolamento e distanciamento social. Durante este período, as principais preocupações giraram em torno da alta taxa de transmissão, demanda por leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), taxa de letalidade, número de profissionais de saúde, equipamentos hospitalares e a descoberta de novas variantes (Ministério da Saúde, 2021; OMS, 2021). Atualmente, há disponíveis pelo menos cinco tipos de vacinas de fabricantes diferentes, incluindo a dose bivalente, o que tem contribuído para a diminuição e agravamento dos casos de Covid-19.

As recomendações de ordem sanitária interferiram substancialmente no funcionamento da economia mundial. No Brasil, o decreto de número 10.282 de 20 de março de 2020 regulamentou a definição de serviços públicos e atividades essenciais, caracterizados como “aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população” (Artigo 3º, Parágrafo 1º). Dentre as atividades caracterizadas como essenciais estão incluídas a produção, distribuição, comercialização e entrega de alimentos e bebidas (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, o abastecimento de alimentos foi uma das questões centrais durante o período da pandemia, especialmente em um país com intensa desigualdade, acentuada pela diminuição dos

investimentos em programas e políticas sociais. A oferta de alimentos componentes da cesta básica brasileira depende principalmente da agricultura familiar. Por outro lado, a pandemia também diminuiu o poder aquisitivo da população, estimulados pela queda dos rendimentos dos trabalhadores, fechamento de empresas e indústrias, inflação e aumento dos preços dos alimentos (Schneider, et al., 2020).

2.2 Agricultura Familiar: definições e desafios durante a pandemia de Covid-19

Na temática do Desenvolvimento Rural no Brasil, o público “agricultura familiar” é um dos principais atores, cuja categoria foi institucionalmente reconhecida na década de 1990. Nesse período, destaca-se a criação da principal política pública para este público-alvo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o objetivo de garantir o acesso ao crédito aos agricultores. Considerando o aspecto normativo, a agricultura familiar é regulamentada pela Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. A partir dessa lei, o “agricultor familiar” é considerado aquele que: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Considerando as discussões teóricas, a agricultura familiar é caracterizada pela estreita relação entre as atividades produtivas, econômicas e de reprodução social (Wanderley, 2001). Para a mesma autora, do ponto de vista histórico, não há como separar a trajetória da agricultura familiar brasileira com o campesinato e as formas tradicionais de vida e de produção. A produção destinada ao consumo familiar e para comercialização, a prioridade pelo bem-estar do grupo doméstico são outros elementos que distinguem a agricultura familiar dos demais produtores rurais.

De acordo com Censo Agropecuário (2017), 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros pertence a grupos familiares. Não obstante, a agricultura familiar possui um papel substancial para a segurança alimentar, justificada pela sua participação na maioria dos alimentos consumidos no país: 87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite. Além disso, os dados revelam que 59% do plantel de suínos; 50% do plantel de aves; e 30% do plantel de bovinos são de responsabilidade da agricultura familiar.

Considerando a questão da segurança alimentar, duas mudanças no âmbito das políticas públicas foram desenvolvidas na primeira década de 2000, inserindo a agricultura familiar como abastecedora de alimentos às populações em situações de vulnerabilidade econômica e social: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O principal deles, o (PNAE) foi modificado pela Lei N° 11.947, de 2009, que regulamentou a obrigatoriedade de os municípios utilizarem, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para adquirir alimentos da agricultura familiar. No entanto, no início do ano letivo de 2020, com o fechamento das escolas em função da pandemia, os agricultores e as organizações encontraram dificuldades para operacionalizar o programa.

Com a publicação da Lei N° 13.937, em 7 de Abril de 2020, a distribuição dos alimentos via PNAE adquiriu outra forma de funcionamento, o que oportunizou o retorno da participação da agricultura familiar. Assim, a distribuição de alimentos ficou autorizada, de forma emergencial e com caráter excepcional, aos pais e/ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas contempladas pelo programa. No Rio Grande do Sul, os agricultores encontraram alternativas de agregar as suas produções por meio das associações e cooperativas, que organizaram as cestas de alimentos para a entrega às famílias. Mesmo diante desta mudança, o PNAE ainda se encontra ancorado na capacidade das instituições e organizações locais em articular-se, cada uma cumprindo o seu papel frente ao fluxo de funcionamento do programa.

No município de Cachoeira do Sul, a agricultura familiar destaca-se pelo número expressivo de estabelecimentos: quase 2 mil segundo o Censo Agropecuário (2017). Localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, a cidade apresenta 86.688 habitantes, sendo que 15% destes residem na área rural (IBGE, 2014). A agricultura familiar contribui para o abastecimento alimentar, especialmente com o fornecimento de grãos, hortaliças, frutas, pecuária de corte e de leite. De forma geral, a agricultura familiar comercializa os seus alimentos por meio de associações e/ou cooperativas; intermediários (aqui entendidos como atravessadores); feiras locais e da região, através de redes de supermercados; pequenos armazéns; e ainda, por meio dos programas institucionais (PNAE e PAA).

Devido às restrições governamentais de circulação e distanciamento social, os agricultores modificaram a feira para o formato *delivery*, com apoio da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). O formato *delivery* foi uma das ações para mitigar não somente os efeitos do fechamento das feiras e da diminuição da circulação de pessoas nestes locais, mas também como uma maneira de garantir o contato seguro entre produtor e

consumidor. Em março de 2021, os protocolos de bandeira preta e os decretos estaduais e municipais interferiram no funcionamento da feira livre local, além de limitar o funcionamento do sistema de entregas, especialmente com as medidas de *lockdown*.

O novo contexto da pandemia impôs desafios político-institucionais para equilibrar as questões econômicas (especialmente de renda e trabalho) com a oferta de alimentos à população, em qualidade e quantidade adequadas. Uma das medidas desenvolvidas pelo governo federal foi caracterizada pelo Auxílio Emergencial à população em situação de vulnerabilidade econômica e social. No entanto, mesmo com as mobilizações políticas no ano de 2020 em prol da ampliação do benefício para a agricultura familiar, o veto do governo foi justificado pela ausência de recursos públicos para viabilizar a inclusão deste público.

Conforme destacam Schneider et al., (2020), há uma série de efeitos no agronegócio e na agricultura familiar durante o período da pandemia. Dentre os impactos, é possível evidenciar o fechamento de feiras em alguns locais do Brasil, limitando os canais de comercialização. Outra situação referiu-se a questão dos frigoríficos, o que acabou prejudicando o setor pecuário, tanto no elo da indústria quanto na produção de carnes. Breitenbach (2021) complementa que o fechamento dos locais de comercialização afetou diretamente a renda dos agricultores, o que pode ter causado também a perda de qualidade dos alimentos perecíveis. Em Porto Alegre, uma pesquisa realizada na feira ecológica, no mês de março de 2020 o número de frequentadores reduziu em 70%, cujas vendas foram mitigadas pelas estratégias de fornecimento via *delivery* (Grisa, 2020).

Lopes et al., (2020) argumenta que a pandemia trouxe mudanças, não somente produtivas, mas, principalmente, de consumo. O apelo nutricional e a busca por refeições mais saudáveis estimularam mudanças comportamentais, como a preferência pelo consumo de alimentos locais. Além disso, observou-se que a prática de preparar alimentos surgiu como uma atividade do cotidiano das pessoas em isolamento. Tais fatores condicionaram o fortalecimento das redes alimentares alternativas que participam agricultores familiares (LOPES et al., 2020). Por outro lado, os preços de insumos aumentaram no mesmo período, influenciando no custo de produção da agropecuária. Com isso, os agricultores demandaram alternativas de acesso ao crédito e auxílio emergencial (Forte e Máximo, 2020). Os autores concluem que as ações para o fortalecimento da agricultura familiar estão intimamente relacionadas com o investimento em políticas públicas de Desenvolvimento Rural.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi caracterizada como quali-quantitativa, realizada no município de Cachoeira do Sul, localizado na região central do Rio Grande do Sul – RS, cuja população total é de quase 82.000 habitantes de acordo com o último Censo Demográfico (IBGE, 2020). A atividade agropecuária contribui com 60% para a economia local, onde 79% dos estudantes das escolas municipais estão consumindo alimentos provenientes dos agricultores familiares (COREDE JACUÍ CENTRO, 2020). A agricultura familiar está presente em quase 2 mil estabelecimentos e abastece o município por meio dos principais alimentos componentes da cesta básica, tais como verduras, legumes, frutas e produtos artesanais industrializados (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um formulário composto por questões abertas e fechadas (com alternativas), aplicado por meio de entrevistas. Inicialmente, a pesquisa foi projetada para ocorrer somente de forma remota, em virtude das restrições da pandemia de Covid-19. No entanto, devido às mudanças das regras de distanciamento e às dificuldades de os agricultores responderem as questões no *Google forms*, as entrevistas passaram a ser realizadas de forma presencial. Remotamente, foram realizadas entrevistas via telefone, com os contatos obtidos através do cadastro dos órgãos públicos do município: SMAP, STR e EMATER. A segunda forma de coleta ocorreu com entrevistas presenciais: a primeira foi na Feira Livre Municipal (localizada na região central do município) e a segunda na Festa do Colono, em junho de 2022, evento ocorrido na localidade de Faxinal Guardinha, Distrito das Três Vendas, ambas no município de Cachoeira do Sul. A pesquisa buscou atingir o maior número possível de agricultores, já que o objetivo foi compreender características do público-alvo e os impactos que a pandemia de Covid-19 causou nas suas atividades produtivas e comerciais. A aplicação do formulário ocorreu no período de outubro de 2021 a junho de 2022.

A amostra englobou o público-alvo correspondente à agricultura familiar, partindo da definição da Lei 11.326, de 2006, residentes no município de Cachoeira do Sul. Os agricultores foram contatados seguindo a lista de contatos fornecida pelas instituições, sendo que as entrevistas aconteceram de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Para a definição do tamanho da amostra foi utilizada a técnica qualitativa denominada “ponto de saturação”, onde o número de respondentes foi estabelecido com base na repetição de respostas. Nesse sentido, os dados obtidos foram monitorados, quando as respostas começaram a se repetir, a pesquisa foi finalizada. Assim, a pesquisa considerou o total de 93 respondentes, que correspondeu à amostra significativa do ponto de vista qualitativo.

Os dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa, mediante a organização das informações em tabelas e gráficos, complementada com a técnica “análise de conteúdo”. Nesse sentido, foram utilizados depoimentos das famílias relacionados às categorias definidas no formulário, especialmente nas questões abertas, as quais tiveram como finalidade obter dados sobre as mudanças produtivas e as demandas dos agricultores neste período.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados e a discussão da pesquisa. Para tanto, está dividido em duas seções: a primeira apresentará os dados do perfil social e econômico dos participantes da pesquisa e a segunda seção os impactos da pandemia na agricultura familiar.

4.1 Perfil social e econômico dos agricultores familiares

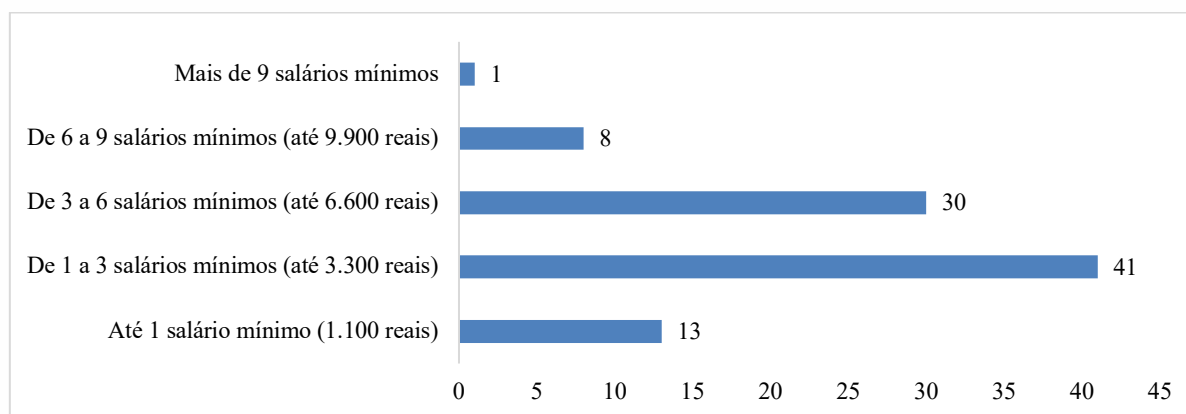
Considerando as informações quanto ao perfil social, econômico e demográfico dos agricultores familiares, 26 (28%) possuem idade de 51 a 60 anos, 22 (24%) possui idade de 41 a 50 anos, 21 (23%) idade de 31 a 40 anos, o grupo com mais de 60 anos apresentou 20 (21%) dos entrevistados e os que obtiveram menor porcentagem foram os indivíduos de 18 a 30 anos, com 4 (4%) respectivamente. O menor valor foi para os agricultores na faixa etária de 18 a 30 anos, corroborando para a tendência de envelhecimento da população rural. Nesse sentido, ganha destaque a necessidade de investigar com mais profundidade sobre o tema da sucessão familiar. A maioria das famílias (54%) tem até 3 componentes, seguida do grupo de 4 a 5 pessoas (40% dos entrevistados). Agricultores que residem sozinhos correspondeu a apenas 5% e a menor expressão foi para as famílias de 6 a 8 pessoas com 1%.

Considerando a ampla disseminação da COVID-19, foi possível observar que as taxas de infecção no meio rural foram similares ao observado na zona urbana. Sobre as mortes por decorrência da COVID-19 no ambiente familiar, ocorreu em apenas 2 famílias. Também foi evidenciada a alta adesão deste público à vacinação, sendo que 84 famílias estavam com o esquema vacinal completo. Durante o período da pandemia, os principais meios de comunicação e busca de informações relacionadas à Covid-19 foram: a televisão (77 respostas), a rádio (76), as redes sociais (*Facebook, Instagram, WhatsApp*) (64) e os jornais (63). Três famílias citaram que receberam ou

telefonaram para os órgãos responsáveis, enquanto a categoria menos citada pelos entrevistados correspondeu a visitação de assistentes sociais, com apenas 3 menções.

A maioria das famílias possui renda familiar compatível as classes C, D e E, com ganhos de 1 a 3 salários mínimos, configurando 41 respostas, 44%. A segunda porcentagem mais significativa corresponde ao grupo de famílias com renda que varia de 3 a 6 salários mínimos, resultando em 30 respostas (32%). As famílias com até 1 salário mínimo resultaram em 14% (13 respostas); com renda de 6 a 9 salários mínimos representaram 9% (8 famílias) e a que teve menor porcentagem foram as famílias com mais de 9 salários mínimos, com 1% da amostra (1 família), conforme o Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Renda familiar mensal

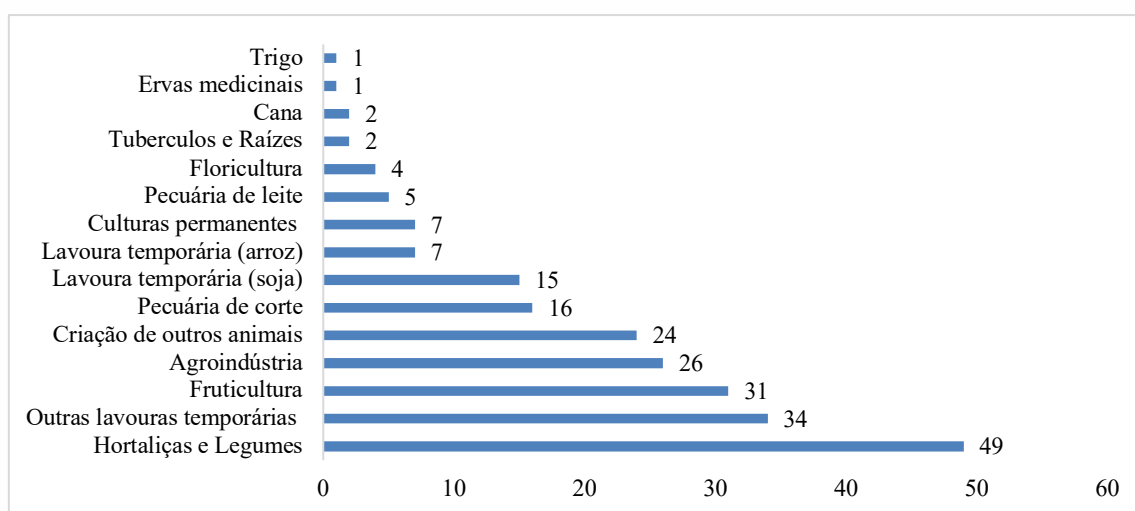


Fonte: Autores, 2022

Conforme o Gráfico 2, a agricultura familiar é caracterizada pela diversificação de atividades, cuja produção atende o consumo próprio e ao mercado. A maioria das famílias (49) produz hortaliças e legumes. Quanto às lavouras temporárias (milho, trigo, feijão, etc.) representam a realidade de 35 famílias, cuja produção é uma forma de obtenção de renda, consumo familiar e alimentação animal. A fruticultura não é somente uma característica produtiva da agricultura familiar (31 famílias), mas também apresenta tendência de expansão no município, especialmente pelo aumento da área produtiva e de produtores de noz-pecã e olivas. A atividade agroindustrial obteve 26 respostas, com produção significativa relacionada ao fornecimento de panificados e outros produtos para escolas e demais órgãos públicos através de políticas públicas, além da venda nas feiras locais e comunidade.

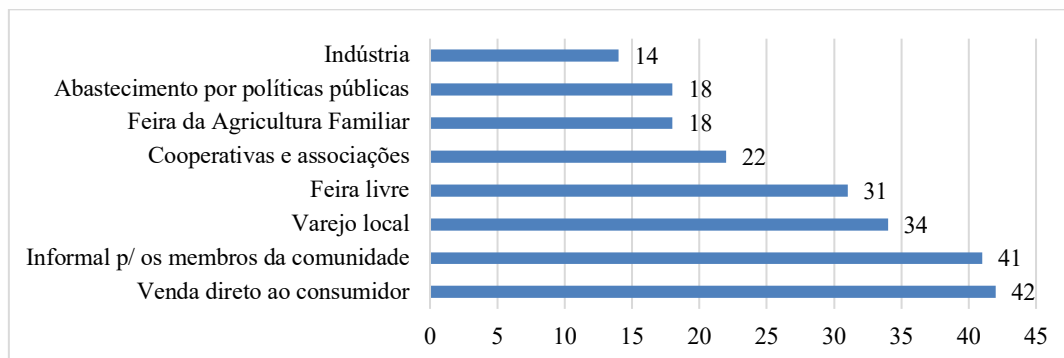
A criação de outros animais foi outra atividade mencionada, a qual corresponde à realidade de 24 famílias, como a criação de aves. Outro setor com relevância foi a pecuária de corte, com 16 respostas, enfatizando a bovinocultura e ovinocultura em Cachoeira do Sul. Subsequente, observase as lavouras temporárias de soja com 15 respostas. Outras atividades mencionadas foram: a lavoura temporária de arroz e culturas permanentes (florestas plantadas e/ou nativas) – 7 famílias; pecuária de leite (5 famílias), floricultura (4 famílias), tubérculos e raízes e a produção de cana, (2 respostas) e a produção de ervas medicinais, com 1 resposta.

Gráfico 4 - Atividades produtivas



Fonte: Autores, 2022

Quanto ao escoamento da produção, o canal de maior expressividade foi a venda direta ao consumidor (na propriedade ou entregas na casa dos clientes), com 42 respostas. Na sequência vem a venda informal para os membros da comunidade, com 41 respostas. Ambas foram estratégias reforçadas no período da pandemia, devido às restrições de operação do comércio impostas. O varejo local, que abrange o comércio local, armazéns, supermercados e minimercados correspondeu a 34 respostas. A Feira livre municipal é um local de venda para 31 famílias e 22 comercializam para cooperativas e associações. 18 famílias comercializam na Feira da Agricultura Familiar, projeto de extensão da Uergs, que no período da pandemia esteve atuando no formato *delivery*. Já os mercados institucionais (PNAE e PAA) obtiveram 18 respostas. O canal de comercialização que apresentou menor número foi a indústria, com 14 respostas, conforme o Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 - Canais de comercialização da agricultura familiar em Cachoeira do Sul

Fonte: Autores, 2022

Ao analisar os dados referentes aos mercados digitais da agricultura familiar no Brasil em 2020, Gazolla e Aquino (2021) concluem que as regiões Nordeste e Sul são as que mais concentram iniciativas de comercialização no formato *delivery*. Os principais produtos comercializados nestes canais são: alimentos ecológicos, agroindustrializados, in natura, bebidas e artesanato. Embora a maioria das iniciativas analisadas pelos autores não surgiu neste período, foram reforçadas pela pandemia, ampliando os canais consumidores dos produtos da agricultura familiar.

4.2 Impactos da pandemia na agricultura familiar: comercialização, trabalho e renda

O Quadro 1, a seguir, apresenta os principais impactos ocorridos no período da pandemia nas atividades da agricultura familiar. Considerando às questões de mercado, a queda nas vendas foi a principal implicação neste período, em função das restrições de funcionamento das atividades presenciais. Para 36 famílias, tal impacto estava relacionado à diminuição do movimento de circulação de pessoas nas feiras presenciais e nos canais intermediários, tais como restaurantes e mercados. Essa constatação corrobora com os resultados de Preiss *et al.*, (2022), os quais indicam a redução da demanda em 50% das feiras da região central do Estado.

Para contornar essa situação, 9 famílias modificaram as suas formas de venda, passando a ofertar os alimentos por meio de encomendas e entregas nas residências. A primeira iniciativa surgiu em março de 2020, no início da pandemia, onde a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) fez a transição da feira presencial – projeto de extensão da universidade - para o formato *delivery*. Porém, no início, quando foi apresentada a proposta aos agricultores ainda no mês de fevereiro todos estavam resistentes em

aderir ao novo formato e com receio de não conseguir êxito na comercialização. Essa interpretação foi modificada após os resultados indicarem que as vendas foram três vezes maiores comparadas à feira presencial, especialmente quando as escolas e o comércio estavam fechados e/ou com restrições de funcionamento. Além disso, quando as entregas para o PNAE foram interrompidas, as entregas dos alimentos nas residências dos consumidores foi um dos principais canais de venda dos agricultores, cuja iniciativa estimulou outros agricultores a reproduzirem a ideia.

Tal situação justifica porque 6 famílias relataram nesta pesquisa que aumentaram as suas vendas no período. No entanto, após o retorno do funcionamento do comércio e a retomada do PNAE por meio de entregas de cestas de alimentos à comunidade escolar, as vendas no formato *delivery* diminuíram e atualmente estão estáveis. O projeto foi planejado para funcionar apenas no período da pandemia, mas com a captação de um novo público-alvo e a preferência de alguns clientes em continuar adquirindo alimentos por meio de encomendas, os agricultores ainda mantém este canal como um meio de escoamento da produção. Nesse sentido, a partir do ano de 2022, com a retomada da Feira da Agricultura Familiar no formato presencial, os dois projetos passaram a atuar conjuntamente e continuam vigente até o momento (ano de 2025).

Além do *delivery*, os agricultores também contornaram as restrições comerciais por meio do reforço das relações com a comunidade, cuja vizinhança passou a ser um canal significativo de venda. Tal situação é relatada por cinco famílias, o qual pode ser evidenciada no depoimento do entrevistado 6: [...] *com a dificuldade de abastecimento nas escolas, aumentamos a venda para a comunidade. O produto da agroindústria – o mel – foi muito procurado por ser uma indicação de uso em chás para aliviar os sintomas da gripe*”.

Segundo Breitenbach (2021), o fechamento dos locais de comercialização afetou diretamente a renda dos agricultores, o que também pode ter causado a perda de qualidade dos alimentos perecíveis. A queda nas vendas também impactou o cotidiano dos agricultores, especialmente sobre a quantidade que foi produzida, a qual era planejada conforme a demanda média de consumo de alimentos nos canais presenciais. Nesse sentido, alguns relatos relacionados à queda nas vendas enfatizam também que houve desperdício de alimentos pela ausência de alternativas de escoamento da produção, como pode ser observado no depoimento da família 32: [...] *as vendas diminuíram muito na pandemia, ao ponto de muitas vezes as hortaliças morrerem ainda no pé, pois não tinha para quem vender*”

Como comentado brevemente, outra situação evidenciada nos primeiros meses da pandemia diz respeito ao fechamento das escolas, impacto relatado por 9 famílias, o qual influenciou

diretamente no funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como descreve a família 7: *“Como o meio de comercialização era exclusivo para o abastecimento das escolas, e as mesmas mantiveram-se fechadas na pandemia, houve diminuição das vendas”*. Como pode ser observado neste depoimento, a renda da família estava condicionada à comercialização de alimentos por meio do programa, onde o impacto do fechamento das escolas foi altamente significativo. Para Coriolano e Fernandes (2021, p.25), *“a suspensão imediata das aulas acabou desestruturando as compras do PNAE, repercutindo negativamente sobre os sistemas de abastecimento alimentares locais e sobre a agricultura familiar”*. Esta situação só foi contornada, segundo os autores, após o Ministério da Educação (MEC) autorizar a distribuição de gêneros alimentícios, que eram adquiridos pelas escolas via PNAE, fossem distribuídos diretamente às famílias dos alunos em forma de cestas básicas, cuja resolução foi publicada em meados de abril de 2020, mas executada somente no mês de julho. Essa ação possibilitou a ampliação do acesso aos alimentos, já que as cestas também contemplavam as famílias dos estudantes (Salgado e Delgrossi, 2022). Neste programa, o município de Cachoeira do Sul conta com a participação de 25 famílias, que comercializam alimentos *in natura* (hortaliças e frutas) e industrializados (panificados e vegetais minimamente processados) para escolas estaduais e municipais.

A queda nas vendas também foi associada por duas famílias à questão de saúde, especialmente aos sintomas de depressão e medo, ocasionados pela pandemia, fazendo com que tais situações interferissem na decisão de reduzir a produção. Nesse sentido, houve diminuição da área produzida e da produtividade, como pode ser evidenciado nos depoimentos das famílias 9: *[...] observamos sintomas depressivos na família devido à pandemia, afetando a produtividade* e 10: *[...] houve diminuição da área produzida, devido a decisão da família por medo de possível crise no período da pandemia*. A crise que a família 9 se referiu está relacionada ao planejamento produtivo além da capacidade de mão-de-obra, a possibilidade de adoecer e também a preocupação em não encontrar canais alternativos para escoar a produção. A pesquisa de Silva (2022) comprova que houve um aumento nos níveis de ansiedade e depressão na população brasileira no período da pandemia, em decorrência das alterações na rotina, isolamento social, medo do contágio e da morte, índices de desemprego ou a diminuição da renda.

As famílias também relatam que durante esse período houve o aumento dos preços dos insumos, (22 famílias), gerando, conseqüentemente o aumento dos custos de produção, o que não refletiu no aumento dos preços de venda, conforme o depoimento da família 11:

[...] na pandemia não houve a visita dos clientes na agroindústria para a compra dos produtos. A seca, mais a falta de venda para as escolas e de clientes, deixou a produção do suco de uva muito onerosa, a família não conseguiu repassar o preço do produto. O varejo local abandonou o consumidor neste período e o aumento dos insumos e de irrigação intensificou a problemática. O ponto positivo no período da pandemia foi a venda em delivery através do projeto de extensão da UERGS (Feira da Agricultura Familiar).

As dificuldades em aumentar o valor do preço final da comercialização trazida pela família 11 descreve a realidade de muitos agricultores familiares que definem os preços de venda dos seus produtos considerando os valores médios praticados pelos supermercados e outros feirantes. No entanto, cada produtor tem o seu custo de produção, cuja variação é compreendida pela especificidade e natureza dos recursos envolvidos. Nesse sentido, a limitação em aumentar o valor de venda implicará na redução dos lucros e, conseqüentemente, na renda das famílias. Para Forte e Máximo (2020), a pandemia atingiu economicamente a agricultura familiar pelo aumento dos preços dos insumos, provocando o aumento do custo de produção na agropecuária. Ao considerar somente esse fator, as alternativas de acesso ao crédito e auxílio emergencial poderiam contribuir como instrumentos públicos para contornar a perda do lucro dos agricultores familiares.

Durante a pandemia também foi observado o impacto gerado na produção e na produtividade em decorrência da estiagem. O período de seca foi mencionado como uma ocorrência que reforçou as demais implicações, como pode ser evidenciado no depoimento da família 5 “*Paramos de produzir hortaliças, pois com a seca tivemos que bombear água de poço artesiano, o qual ficou oneroso devido ao aumento da eletricidade no período da pandemia. O aumento da eletricidade afetou também a produção de panificados, subiu também o azeite e o açúcar. No início da pandemia as vendas aumentaram, porém após foram caindo*”. Segundo Santos (2022), as mudanças climáticas, além de afetar a produção agropecuária e abastecimento interno, influenciando nos índices de insegurança alimentar e do aumento dos preços de alimentos.

Outra questão que influenciou nas mudanças sociais, econômicas e produtivas diz respeito ao trabalho dos agricultores. A limitação de mão-de-obra foi mencionada por 7 famílias como um aspecto que foi acentuado no período da pandemia, em razão de não ter onde deixar as crianças com o fechamento das escolas, e também os casos de Covid-19, fatos que acarretaram em mudanças na rotina de vida, tarefas e responsabilidades das famílias. As agroindústrias tiveram que interromper as suas produções devido às exigências e protocolos específicos de sanidade na pandemia, em razão do risco de contaminação nos alimentos, especialmente em períodos de casos de Covid-19 na família. Nesse sentido, as agroindústrias mencionaram que pararam as suas produções conforme o

período estipulado do isolamento, cujo tempo variou de 7 a 14 dias. Durante esse período, os agricultores familiares estavam impedidos de produzir e de comercializar, o que causou impactos na renda. Considerando os dados gerais sobre a renda, 51 entrevistados relataram que ocorreu uma queda brusca nos níveis de renda familiar. Para 32 famílias a pandemia não teve impacto na renda e apenas 10 agricultores relataram que aumentaram as suas rendas durante este período.

Quadro 1 – Principais impactos no período da pandemia na agricultura familiar

Queda nas vendas nos canais presenciais	36
Aumento dos preços dos insumos	22
Fechamento das escolas e interrupção venda para o PNAE	9
Período de seca	9
Transição das vendas presenciais para delivery	9
Diminuição da mão-de-obra disponível	7
Aumento das vendas	6

Fonte: Autores, 2022

Ao analisar os dados do Brasil, Oliveira (2023) afirma que há evidências de queda nos níveis de renda nos agricultores familiares durante a pandemia, especialmente para o grupo que não acessa política pública. Em São Paulo, a queda na renda refletiu na dificuldade dos agricultores em arcar com os compromissos financeiros, especialmente empréstimos e custos fixos (Pulcherio Filho et al., 2022). Corroborando com os resultados desta pesquisa, Alencar et al., (2022) concluem que a queda na renda foi mais sentida no grupo de agricultores familiares que possuíam menor diversificação dos seus canais de comercialização, especialmente as famílias que dependiam das feiras presenciais e dos mercados institucionais. Nesse sentido, reforça a necessidade de desenvolver ações e programas que possam mitigar os efeitos sociais e econômicos na agricultura familiar em contextos de crises.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar os impactos sociais e econômicos da pandemia de Covid-19 na agricultura familiar em Cachoeira do Sul – RS. Os alimentos produzidos pela agricultura familiar cumprem a função de abastecimento local, cujos canais de comercialização são caracterizados pelas relações diretas com consumidores e mercados institucionais. Durante o período da pandemia, tais mercados foram significativamente afetados em função das restrições de

mobilidade social. O principal impacto econômico – a queda das vendas – foi justificada pela diminuição do movimento de pessoas nas feiras presenciais, além do fechamento das escolas. Algumas famílias conseguiram contornar esse impacto comercializando os seus produtos no formato *delivery*, cujas primeiras iniciativas receberam apoio de projetos de extensão universitária.

No entanto, é pertinente destacar que nem todas as famílias conseguiram adaptar a sua comercialização para o formato *delivery*, especialmente em razão da limitação logística, referente aos altos custos de entrega e demanda de mão-de-obra. Na ausência de canais de escoamento, o descarte de alimentos foi outro impacto relatado pelos agricultores. Em decorrência das limitações para a venda *delivery*, no início, o grupo de famílias que participava do projeto era maior comparado aos momentos posteriores, quando as restrições de isolamento social foram amenizadas. Atualmente, a comercialização *delivery* é mantida por 6 famílias, que fidelizaram os clientes por meio do formato de encomendas e entregas nas residências.

As questões de saúde – inerentes ao contexto pandêmico – especialmente os sintomas de depressão, ansiedade e os casos de Covid-19 também interferiram no cotidiano e na rotina de trabalho das famílias, as quais impactaram na produção e na alocação de mão-de-obra. O perfil da agricultura familiar em Cachoeira do Sul contribuiu para acentuar esse impacto, uma vez que as famílias possuem poucos integrantes (1 a 3 pessoas) e 28% situa na faixa 51 a 60 anos, fatores que limitam o uso da força de trabalho. Tais circunstâncias também sinalizam as preocupações inerentes ao envelhecimento da população rural e as perspectivas de sucessão na agricultura familiar. Apesar disso, os agricultores aderiram ao passaporte vacinal proposto pelo sistema de saúde, reforçados pelos principais meios de comunicação utilizados no meio rural: rádio, TV e redes sociais.

A instabilidade econômica e pandemia de Covid-19 constituíram como condicionantes para o aumento dos custos de produção em decorrência do preço dos insumos. Tal interferência, associada à estiagem, contribuiu para o decréscimo da renda dos agricultores, cuja análise quantitativa não foi objeto de estudo desta pesquisa. Nesse sentido, é pertinente indicar novas investigações que contemplem uma análise aprofundada sobre a renda das famílias durante esse período. Ademais, são necessários novos investimentos em oportunidades e políticas públicas para as novas gerações no meio rural, além das ações de inovação nos canais de comercialização e na diversificação de rendas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A.O., et al., Impactos da Covid-19 na agricultura familiar. **Extensão Rural: desafios e perspectivas para o fortalecimento de práticas agrícolas sustentáveis** - Vol. 1, 2022 - Editora Científica Digital. Disponível em: <<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221010680.pdf>> Acesso em 22 de maio de 2023

AROEIRA, I.C.L. **A PANDEMIA DA COVID-19: uma revisão narrativa acerca dos principais aspectos relacionados ao novo coronavírus**. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade Pernambucana de Saúde –FPS. Recife: 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso 21 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, DF, 20 mar. 2020.

BREITENBACH, R. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na Agricultura Familiar. **Desafio on line**. Campo Grande, v.9, n.1, Jan./Abr. 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/AppData/Local/Temp/10941-Texto%20do%20artigo-45660-1-10-20210217.pdf>> Acesso 10 mar. 2021

CORIOLOANO, J. W. G.; OLIVEIRA, L.M.S. R. Impacto da Pandemia Covid-19 na Agricultura Familiar Agroecológica no Território do Sertão Araripe em Pernambuco. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**. Vol.17, N. 5, 2021.

COREDE Jacuí Centro. **Planejamento Estratégico Corede Jacuí-Centro**: Desenvolvimento Regional, harmônico e sustentável. Outubro, 2010.

FORTE, M.B.S; MÁXIMO, G.J. O impacto da crise sanitária de 2020 na agricultura familiar e o fortalecimento da cadeia produtiva como estratégia para contorno da crise. In: Baeninger, R.; Vedovato, L.R.; Nandy, C. (Org.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. São Paulo: Unicamp, v. 1. 2020. p. 356-372.

GAZOLLA, Marcio; RUFINO DE AQUINO, Joacir. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, 2021.

GRISA, C. Entrevista concedida à Revista IDEAS. Abastecimento, segurança alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar no contexto da pandemia do novo coronavírus. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-19, Jan./dez. 2020. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217136/001116507.pdf?sequence=1>> Acesso 10 mar. 2021

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430300>. Acesso em 1 Nov. de 2021.

LOPES, I.B., et al., Redes alimentares alternativas em meio à Covid-19: reflexões sob o aspecto da resiliência. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**. V.14, n.39, p.3750-3758. Especial Covid-19, 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/AppData/Local/Temp/3265-Texto%20do%20artigo-10893-1-10-20200602.pdf>> Acesso 10 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Governo Federal. Agência Saúde: Pandemia Coronavírus. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso 22 mar. 2021

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus>, 2021.

OLIVEIRA, R.H.C. **Estimativa dos impactos da pandemia de covid-19 na renda e consumo da agricultura familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Getúlio Vargas Escola de Economia de São Paulo. São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/33490>> Acesso em 22 maio 2023

PREISS, P., et al. Impacto da covid-19 na comercialização de alimentos da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, Brasil. **Eutopia: Revista do Desenvolvimento Econômico Territorial**. N. 21, Jun/2022, p.9-29. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/6757/675772404001/675772404001.pdf>> Acesso em 22 maio de 2023

PULCHERIO FILHO, P. H.; TRONCO, I. A.; TRONCO, V.A.; MONTEBELLO, A.E.A. Agricultura familiar, resiliência e Covid-19: Análise Swot nos estados de São Paulo e Minas Gerais. **Revista Grifos – Unochapecó**. Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/6707>> Acesso em 20 maio de 2023

SANTOS, M. Mudanças climáticas, soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Diálogos: Soberania e clima**. V. 1, N. 8, 2022. p. 4-17.

SALGADO, B.T., DELGROSSI, M. E. Segurança Alimentar e PNAE: o que mudou durante a pandemia? **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 29, p. 1-12, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8663762>> Acesso em 22 maio de 2023

SILVA, R. da. Ansiedade e Depressão: uma reflexão sobre os impactos da pandemia nas vidas dos brasileiros. **Research: Society and Development**, v. 11, n.5, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28317>>

SCHNEIDER, S., et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos avançados**. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020 Epub, Nov 11, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142020000300167&script=sci_arttext> Acesso 9 mar. 2021

VALADARES, A.A.; et al., **Agricultura Familiar e abastecimento alimentar no contexto do covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais**. Brasília: IPEA, 2020. 30 p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: Tedesco, J.C. (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. 405 p.